

Primeiro mito: A mudança de regime, só por si, conduz à democracia

A rápida instauração da democracia em Portugal era um dos objectivos fundamentais dos homens q̄ fizeram o 25 de Abril.

Pela sua determinação, foi possível iniciar a evolução p̄ o estabelecimento das instituições democráticas, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos.

Alas Fora de P. a mudança de regime era acolhida et gde alegria e ^{nos outros países} todos consideravam q̄ as instituições democráticas queriam a garantia de q̄ a democracia estava consolidada em P.



~~temos a ganhar corpo para~~ ³
os poucos milhares (centenas?
dezenas?) de protagonistas da
cena política.

A responsabilização pelas
tarefas ou cargos assumidos
foi alijada por não se entender
q̄ nela assenta a prática de-
mocrática.

A devolução ao povo de todo
o poder delegado, através da
informação e da consulta,
foi esquecida.

A harmonização. A compreen-
são, o diálogo e a tolerância
deram lugar a conflitos per-
manentes entre grupos,
pessoas, instituições.

Numa palavra, a democracia
nos seus alicerces mais sólidos
não foi ^{instaurada} ~~construída~~ no espírito nem
nos comportamentos, ~~na~~
~~cultura~~



Segundo mito: As instituições de ⁴ democráticas, representativas, só por si, ~~estabelecem~~ ^{garantem} a democracia

No afã de estabelecer as instituições democráticas, um outro mito esteve presente: o de q̄ as instituições, existindo, se bastavam a si próprias.

Assim, de etapa a etapa foram-se construindo ou ultrapassando instituições, sem a preocupação de ajustar as regras do seu funcionamento cham de verificar quais os complementos institucionais indispensáveis.

Dai nasceu fácil o alibi das transformações estruturais.

Pensa-se q̄, mudando as instituições, se mudam, ~~de~~ de facto a eficácia do sistema.



5

Por isso se criou a ilusão de
que com a Revisão Const. de 82,
se realizaria a "democracia
plena". Mas, paradoxo dos
paradoxos!, ~~que parte de a~~
~~coligação da época que dela fora~~
~~artífice, não extrai da revisão~~
~~o dinamismo que a sua activi-~~
~~dade legislativa ou governativa!~~
Dois meses após a promulgação ~~da revisão, dissolve-se!~~

Do mesmo modo, hoje, se
fala em "alterações estruturais".

Consequências do mito meca-
nicista e materialista do
funcionamento das institui-
ções! ~~Não são as instituições~~
~~que mudam os homens; são~~
~~os homens, pela sua creabi-~~
~~lidade e iniciativa, que~~
~~mudam~~



Fundação Cuidar o Futuro

Terceiro mito

3. A democracia (só por si) ~~garante~~ garante o progresso social

O terceiro mito que ainda hoje encontramos é a convicção de que, por si só, a democracia garante o progresso social.

Sem dúvida, no princípio da industrialização e até ao início deste século, a democracia ~~parece~~ ~~ser~~ o garante da liberdade e da igualdade.

Mas em breve a necessidade de ~~proteção~~ ~~proteção~~ dos indivíduos pelo Estado torna claro que a democracia os direitos e garantias fundamentais têm de ser completados pelos direitos sociais, económicos e culturais.

Em outros termos: a dem. política requer a dem. social e econ. para que o progresso social seja possível.

A meu ver é na mitificação da democracia política como exclusivo garante da liberdade de um povo que se encontra uma



das raízes + fundas da crise específica
à democracia portuguesa.

7.º muitos políticos, ~~o di-~~ e se
guiendo de resto uma corrente q̄
conduzia à ^{aprovação} ~~elaboração~~ de 2 Pactos Inter-
nacionais ^{pela} ~~na~~ ONU, um rel. aos direitos
cívicos e políticos, outro rel. aos direitos
soc., econ. e cult., — a liberdade
seria algo q̄ os Eshdos poderiam deci-
dir de forma imediata ^{a ser} ~~de~~ ^{seguido} ~~de~~
outros direitos conduzindo a maior
bem-estar social ~~seriam~~ relegadas
p.º as consequências da alternância
do poder e das ~~jogadas~~ ~~entre~~ ~~partidos~~
concertações entre partidos q̄ ^{to} a
programas e objectivos.

Ora a história dos últimos 20
anos mostra q̄, tanto a nível
individual como ao nível das
nações como um todo, a ausência
de progresso económico e social
leva inevitavelmente ao depauperamento,
bem como à violação, da
democracia política.



Tal foi o entendimento q̄ da
liberdade teve ~~Fr.~~ Fr. Mitterand
q̄ ~~de~~ no debate televisivo q̄ precede-
deu a ^{sua} eleição de 10 Maio ^{de 81} disse:

"Ao fim e ao cabo, não podemos
passar a vida a acusar outros de
atentarem ctr. a n/ liberdade...

A liberdade é uma palavra
im.^{to} abstracta e é preciso tratá-la
na sua realidade quotidiana.

Na verdade, qual é a liberdade de
um desempregado? qual é a liber-
dade de quem trabalha a ritmos
infurnais?"

E mais adiante dizia:

"A liberdade é a difusão do
Saber, é o des.^{to} da escola, (...) é a
conquista dos direitos sociais, (...)
é a defesa contra certos efeitos da
ciência e da técnica (...) é ~~tr.~~ a
conquista do tempo de viver."

Comentou-se na altura q̄
não foi certo/indiferente à consciên-



cia popular aquilo q̄ pode hoje ¹⁰
chamar-se a liberdade e as con-
dições da liberdade.



Fundação Cuidar o Futuro

Quarto mito:

4. A entrada na CEE só por si confirma a democracia 11

Foi necessário há meses pensar por ex. Michel Rocard pôr dizer aos dirigentes políticos portugueses q a CEE é, de facto, uma comunidade económica e q, por muito respeitável q seja p a CEE os motivos exclusivos políticos q ditaram a adesão, é no campo económico q se processa a adesão, q se negocia e negocia q se referem as suas consequências.

No entanto até então (e tv. mm agora) desenvolveu-se todo um mito de q a entrada na CEE era a salvaguarda da nossa democracia.

Disseram. no c/ clareza vários programas de Gov. :



II. Factos



12

No contexto do encontro de hoje, considero q̄ nos basta indicar três etapas q̄ são necessaria/ redutoras das numerosas "aventuras" e vicissitudin da democracia portuguesa.

1. A euforia democrática (74-76)

O período q̄ se seguiu ao 25 de Abril foi, até ao 11 de Março, um espaço de euforia democrática em que se estruturaram situações de poder "ad hoc", em q̄ houve, sem dúvida, injustiças q̄ se praticaram, mas em q̄ o povo adquiriu o gosto da participação.

Nesse período o povo português estava mobilizado p̄ uma causa — a democracia — e participava nela activaf. Ao nível dos bairros, das empresas, das escolas, dos serviços públicos.

Não vou analisar este período. ¹³
Mas quero sublinhar q̄ o clima de
agitação em q̄ veio a traduzir-se
e a "invasão" das instituições q̄ pro-
porcionou foi ~~fruto~~ ^{possível} ~~de~~ ^{pelo} uma total
alheamento das classe política de
então ^{em relação} dos fenómenos q̄ haviam
apitado, nos anos 60, as sociedades
francesa, americana e japonesa.

Fixados os objectivos apenas nos
modelos ~~dos países~~ democráticos
de início da industrialização,
a classe política não se deu
conta de q̄ estava a lidar c/
fenómenos novos em democracia
mas de ingredientes já conhecidos
no mal-estar e no contestação
q̄ reinava noutros países.

Faltou-nos nessa altura,
a meu ver, a capacidade intelec-
tual para proceder à triagem
das experiências realizadas, p̄



14
dar ~~forma~~ ^{corpo} a novas expressões de
democracia q̄, sob forma codi-
ficada ou não, encontramos
em espaços de liberdade e de
participação como os EUA, a
Suíça, a Jugoslávia ou a Suécia.
E porque nos faltam os instru-
mentos culturais autênticos, ~~para se~~
começou a ~~manipular~~ ^{realizar-se} a operação
reduzora de tudo ~~seu~~ ^{limitar} a esquemas
e pressupostos ideológicos.

A democracia ficou aí logo inquinada
por um vício de ~~sujeito~~ forma.

Deixou de ser expressão da opinião política
organizada dos cidadãos para se
tornar em verdadeiro "mercado de
ideologias", que os aparelhos administrati-
vos e de informação, vendidos à
população pelos métodos + sofisticados
da publicidade e, paradoxal/te., pelos
processos + anti-democráticos da captação
e da captação p.º cargos públicos.



2. A formalização das instituições democráticas¹⁵

Com a promulgação da Const. de 1976, as eleições legislativas de 76 e a eleição do PR no mesmo ano, P. iniciou a ~~uma~~ ^o percurso na estruturação da democracia representativa.

O período de 76 a 80, apesar da rápida sucessão de governos, foi o período em que se puseram à prova os mecanismos institucionais da democracia representativa. As eleições a que o povo foi frequentemente chamado ~~para~~ realizarem-se na ordem da participação. E em cada noite após a eleição ouvíamos os partidos políticos dizendo que "a democracia tinha funcionado".

Sem dúvida, represente muito que um povo se disponha a ir às urnas e que conscientemente escolha os seus representantes. Mas ^{uma} a dificuldade fundamental começou a gerar-se aí: na convicção de que a participação democrática se esgota na ida às urnas regulares.



76
Julgo 9, durante este período, houve de
parte do PR a preocupação de ultrapassar
as clivagens ideológicas, na medida em
q, f. os três gov. de iniciativa presidencial,
escolheu personalidades q ã só ã eram
filiados em partidos políticos como não
representavam a ortodoxia de qq corrente
política institucionalizada.

No entanto, por razões de análise complexa
q não cabe neste cerad, teve lugar uma
cruciente bi-polarizaç da soc. fort. à volta
dos conceitos tradicionais de div. e esp.^{da},
~~completados~~ traduzidos, embora, no q
diz respeito à direita, numa ^{luta fantasmática} ~~hipertrofia~~
~~de~~ ~~chr.~~ ~~q~~ ~~est~~ ~~do~~ ~~esp.~~ ~~monopolio~~ ~~de~~
~~actividade~~ ~~economica~~ ~~e~~ ~~cultural~~ e, no q
diz respeito à esp.^{da}, numa defesa, não
menos fantasmática, do 25 de Abril.

A projecção dos fantasmas de
medo ou de esperança ~~em~~ ^{de} ~~q~~ factos de
história recente criou "écrans" na ~~def.~~
~~culda~~ comunicay entre os vários
grupos sociais, rotulou indevida) e
de forma simplista, pessoas e grupos,
impediu a convergência dos esforços
na reconstruy nacional.



De tal ordem foi esse fenómeno q̄ as⁷⁷
instituições democráticas intermédias
— como o Conselho Nac. do Plano ou o
PNAEBA — se viram total^{mente} desenhadas e
sua capacidade de intervenção e referenda
o seu contributo, a m.^{to} título necessário,
para a definição de políticas adequadas.



Fundação Cuidar o Futuro

3. Os limites das instituições dem. (80-85) 18

No período entre 80 e 85 P. difiçõs, no
Parla/ de maiorias estáveis coerentes, perma-
nentes. E, no entanto, assistimos a um fe-
nómeno paradoxal: as coligações viveram
em constante sobressalto q̄ não decorreu
nem de mocções de censura do Parlamento
nem de q̄ agitacão de rua.

Problemas internos aos partidos das
coligações conduziram 1.º à queda do
VII Gov. e à formação do VIII Gov. (e por-
q̄ n̄ foi ca. simples remodelaçãõ mi-
nisterial?) 2.º ao esborçar da coligaçãõ
q̄ sustentava o VIII Gov. quer pela demissãõ
do PM quer pela demissãõ do vice-PM
pelas razões q̄ o Dr. Feitosa do Amaral há
poucas semanas tornou públicas: "



Has a mesma instabilidade veio a manifestar-se na II Coligação q̄ detém a maior maioria parlamentar de toda a Europa. (São incontáveis os casos individuais de sobressalto, mas estes podem atribuir-se esp. aos "humores" e ao "engenho"). O q̄ é, sem dúvida, + importante é q̄ tb. esta coligação fica sujeita a complexos processos inter-partidários e intra-partidários. Desde Dezembro, mês em q̄ começa a renovação do acordo entre os dois partidos, a instabilidade política é permanente e está à vista de todos nós.

Fundação Cuidar o Futuro

P: além das pessoas, dos partidos e dos seus dirigentes, ficam / contactos e perguntas.



• A constatação de q̄ ~~as~~ coligações de maioria numérica forte, c/ total ou parcial homogeneidade de perspectivas políticas, mas apenas a ^{figura} ~~aparência~~ aparente da estabilidade. Há Gov., há Parl., há maioria, mas nem o Gov. cumpre os programas aprovados pelo Parlamento nem o Parlamento realiza a sua

20

função de fiscalizar os actos do Governo.
(São mais os pedidos de autorizações legis-
lativa feitos pelo Gov. c/ o Parlament em pleno
funcional do q̄ os q̄ foram necessários
p. governar c/ a Ans. dissolvid.)

A aparente estabilidade sobre o
~~estado~~ ^{inadequado} funcional das instituições e um
processo contínuo de degradação dos
actos e das responsabilidades.

A informação constante e contradi-
tória (Barreto/Ant. Campos) sobre e dos
protagonistas políticos ^{revista} ~~afecta~~ ~~para~~ uma
instabilidade q̄ não pode deixar de
~~consequer~~ ^{Fundação Cuidar o Futuro} insegurança e
desconfiança.



● Tal instabilidade é acentuada pelo
regime de "corte monárquica" q̄ rodeia a
maior parte dos n/ dirigentes. Cada mu-
dança de protagonista é repercutida
positiva ao longo de toda a hierarquia
q̄ directa ou indirecta/ (he está) ligada.
E na praça pública não faltam os q̄ pro-
vocam a instabilidade, p. daí sur-
tiram c/ benesses as várias e diversas
clientelas.

Longe de promover, numa saudável concorrência, o primado dos melhores, o actual funcionamento do sistema político conduz a catapulta de figuras e personagens de assinalada incapacidade técnico-política, ~~primários~~ mercantis no seu oportunismo, vazios de experiência e de ideias na sua ânsia de ocupar poder. ~~Em alguns casos~~



- ~~O efeito parvo~~ ^{control} ~~for~~ a instabilidade e o predomínio dos partidos políticos sobre as instituições democráticas são contrários à democracia.

No plano humano, os resultados são à vista: os inteligentes, fazendo tribuna rasa dos interesses nacionais, tudo subordinam aos interesses do seu grupo forsa vir a ter no seu partido. Não falo sequer em "interesses partidários" no sentido nobre do termo - i.e., a aspiração legítima de formar apetecível uma certa visão das coisas públicas e de ganhar adesão p: um programa. Falo em interesses de grupos lutando pela hegemonia dos seus ~~seus~~ partidos.

2. Novas perspectivas do des.^{to} no plano mundial

Fundação Cuidar o Futuro



É o poder pelo poder. É a redução da importância das ideias e dos projectos a médio prazo face às lógicas conjunturais, variáveis e contêidas.

Digamo-lo s/ rebuços: é a ~~perverse~~ efeito perverso dos partidos políticos em relação à democracia. É a defluição dos fins pelos meios. É o reino do arbitrário e da imoralidade institucionalizada.



Fica de pé uma interrogação: se a dem. nas suas instituições de dem. repres. fica sujeita a esta lei entrópica, a sua sobrevivência a prazo, q mecanismos e instrumentos require?



III. Perspectivas de democracia
em Portugal



Fundação Cuidar o Futuro

1. Democracia e liberdade de consciência

A liberdade não pode ser, em democracia, uma palavra vã, destinada a cobrir as lacunas da própria democracia.

A vontade popular não se exprime apenas no voto. Formas diversas, expressas pelas organizações locais, socio-profissionais ou culturais, dizem, à sua maneira, as exigências de soberania que reside no povo, em todos os cidadãos.

Ora essa vontade popular e a liberdade de que é expressada são postas em causa pela falta de informação relativa a questões importantes para a Nação - quais são as consequências dos empréstimos que contrairmos, como se vai processar o período de transição na adesão à CEE, onde estão os ilustres que ~~travam~~ travam a luta contra a corrupção, a que é devido a morosidade da justiça, e assim por diante

24
Ela é igualmente posta em causa
pela interferência das Administra-
ções ou Conselhos de Censura na
direção de programas ou de infor-
mação, ou no Conselho de Redacção.
Os meios de comunicação social
veiculam hoje programas mentais,
induzem o leitor / ouvinte / tele-espec-
tador a criar imagens e a formular
opiniões que são muitas vezes opostas às
que teria se a informação não condi-
cionasse. Nesse sentido, é a for-
mação do pp pensar, a liberdade
de opinião. ~~e de expressão~~ que está em
causa.

O primeiro vector da vida
democrática em Portugal não
pode deixar de ser uma infor-
mação sem manipulações,
transparente, dando conta dos factos
da sociedade no seu conjunto
e na sua diversidade.



25 e

Os meios de comunicação social têm como objectivo ~~facilitar a~~ ^{levar a} comu-
nicar entre si os grupos sociais, os cidadãos, as diferentes correntes de opinião eiq. ^{que} expressões legítimas da vida em sociedade. ~~Impõe-se uma nova política de informação e novas estruturas de controle social da informação.~~ Só ~~ter-se~~ ^{ter-se} sentido, ~~aparecem ou de~~ ^{se podem tornar} ~~se podem tornar~~ aparecer como meios privilegiados de garantir a liberdade de consciência.

• A democracia existe - se dentro de mecanismos inteligíveis à população. Ora a massificação das mini-regras, o controle cada vez mais apertado por uma série de etapas não-sentíveis mas q̄ se alimentam a si ffs, limita a liberdade de agir, coarct a iniciativa, diminui o exercício do poder q̄ cabe a cada um.

Pelo peso q̄ tem, pelo seu monolitismo, a burocracia é



26.D
Há um meio por excelência p: q se
crie uma "nomenclatura" q circula
na área da tomada de decisão fun-
cional e impede o livre acesso
a qq funções ou actividades. Por isso,
se vai introduzindo na sociedade,
usm medo de não ser parte de
"nomenclatura" ou de, p:or qq razão
menor, ser afastado de lista dos
"bons e fiéis" q a sua institucionaliza-
ção implica.



Fundação Cuidar o Futuro
A burocracia, o mundo do
"faz-de-conta", só pode ser ultra-
passado por um esforço comum
q restitua à Adm. o seu lugar
constitucional: "órgão e instituição
"ao serviço do interesse público".

P: tal a democracia tem de vir
a consolidar-se em todas as esferas
de actividade e da vida.

Em particular, a burocracia,
q decorre de uma concepção concen-
tracionária das decisões e das

276
estruturas, tem de ser substituída
pela diversificação dos centros de
decisão e de funcionamento,
optando pelo policentrismo social,
económico, cultural, político-admini-
strativo: O instrumento insti-
tucional desse policentrismo é a
~~constituinte~~ regionalização realizada
nos termos em q̄ a define a lei
fundamental.

Fundação Cuidar o Futuro



• A liberdade de consciência, ^{28 F}
numa sociedade como a nossa,
supõe uma educação p.^a a liberdade.
Não basta, sabemo-lo bem, denun-
ciar a corrupção. É preciso criar
nos hs e nas ms a convicção de
q̄ o único valor q̄ real/ possuem
em p.p. é a sua liberdade.

Aliena-la a causas, ideologias
ou pessoas; "vende-la" por benesses,
privilégios ou dinheiro, é sempre
uma violação da liberdade de
consciência, é sempre, no plano
social, um ^{extrajudicialmente} ~~atropelamento~~ da de-
mocracia.

A educação p.^a a liberdade
é por isso uma perspectiva fund-
amental p.^a q̄ a democracia assente
não em palavras vagas mas em
cidadãos, capazes de serem os
sujeitos morais da sua p.p. história.



Para tal, importa:

29 G

- que se ponha cobro à subversão dos valores morais q̄ estruturam a n/ tradição cultural e q̄ nos conferem a n/ dignidade pp̄, e - quanto ~~ind~~ servos, emp.^{to} povo, emp.^{to} Estado soberano;
- q̄ se respeitem e descubram e valorizem os grandes referenciais q̄ são susceptíveis de mobilizar os portugueses na reconquista de sua dignidade.

W

Fundação Cuidar o Futuro



2. Democracia formal e *aprofundamento da democracia participativa
 O q̄ caracteriza a dem. part. é ser uma dem. participativa.
 Em primeiro lugar, p. q̄ a democracia funcione é necessário q̄ os mecanismos da democracia representativa re-assumam a sua dignidade institucional própria.

A deslocação da verdadeira sede de decisão dos deputados do sua ~~partido~~ ^{responsabilidade pelos} interesses reais do país para outro lugar a sua subordinação aos órgãos centrais dos partidos é uma caricatura do sistema representativo.

Importante, por isso:



- é a vinculação dos deputados
 ce' face, em termos morais, a
 um ideário permanente e mobi-
lizador q' os eleitores lhe confiam
 e nas a reações de forças e de
 compromissos conjunturais de q' os
 eleitores estão completamente ausentes

- é igualmente imperativa
a responsabilização dos deputados
jto dos seus eleitores - por u
 trabalho regular de discussões e
 consulta com os círculos eleitorais
 respectivos.

Paralelamente, é necessário
 q' os governos governem, sem,
 por um lado, usurparem poderes
 q' do Parlamento, pedindo a
 frequência autorizações legisla-
 tivas e sem, por outro lado,
 deixarem p. tempo indeter-
 minado as suas tarefas
 prioritárias. Plano



Os governos \bar{g} vao tomando 32
decisões no dia-a-dia sem terem
a coragem técnica e política de
~~apresentarem~~
~~proponerem~~ ao Parlamento a ~~ad~~
um Plano e as suas grandes
opções. Podemos chamar-lhe
um conjunto de regras ou nor-
mas ~~mas~~ com as quais \bar{g}
progresso económico e social
é iluzível, \bar{g} os empresários
não sabem onde se devem
dirigir e \bar{g} viagens vao en-
contrar no seu caminho.



Trata-se não de um Plano
elaborado fora dos interesses
dos vários grupos mas antes
a partir desses interesses e a
sua percepção do interesse na-
cional, uma vez \bar{g} na sua
elaboração participam as popu-
lações, as organizações represen-
tativas dos Trab.^{es} e as organizações
representativas das actividades económicas.

A democracia participativa ³³
supõe ainda a plena utilização
das instituições democráticas
intermédias consignadas na
Constituição, como o Cons. Nac.
do Plano, os órgãos regionais,
o Cons. Sup. de Registo, o Cons.
Sup. de Defesa Nac.

É final a dem. participativa
~~o~~ exige q se criem novos meca-
nismos de ~~diálogo~~, de intervenções
social e de harmonização de
convivência entre os cidadãos
e os grupos:

- novos parceiros sociais
- organização de grupos de
pressão s/ as grandes questões
nacionais
- conferir normalidade às
petições q chegam à AR



Nesse quadro, o lugar do PR 34
é decisivo, uma vez q̄ lhe cabe
ser o garante do "regular funcio-
namento das instituições demo-
cráticas".

Os mecanismos q̄ têm ao seu
dispor e os q̄ pode acionar e ima-
ginar dão-lhe uma responsabi-
lidade p̄ e única no aprofun-
damento da democracia partici-
pativa, de modo a salvaguardar
os valores fundamentais de democracia.

Fundação Cuidar o Futuro



3. Democracia e desenvolvimento³⁵

É impossível hoje pensar a democracia sem equacionar o desenvolvimento.



Fundação Cuidar o Futuro